

O uso político do rádio

Palestra proferida pela professora doutora **Sônia Virgínia Moreira**
no Estúdio Sinfônico da Rádio MEC, em **27 de setembro de 2006**

Boa tarde a todos. É um prazer estar presente num lugar como este aqui, que é um lugar especial. Só de entrar no estúdio, para quem gosta de rádio, para quem trabalhou em rádio, dá um friozinho na espinha. Acho que aqui tem uma energia de muitas coisas boas que aconteceram aqui, um estúdio sinfônico que é um lugar de música... isso é sempre muito bom. E eu estou aqui nessa tarefa que também não é fácil, de substituir, substituir não, entrar em seguida ao Saroldi, a palestra anterior foi dele, e aí eu venho agora.

Vou tratar desse tema, “o uso político do rádio”, porque temos eleições no próximo domingo, então é um assunto atual, e porque eu acredito que quando a gente pensa em Brasil, nós sempre temos que trabalhar com esta perspectiva do uso político do rádio.

Por quê a gente tem que pensar nisso? Em um primeiro momento, a gente tem a primeira década do rádio, que é educativo, que foi o Roquette-Pinto quem deu início. E Roquette-Pinto sempre imaginou o rádio com esta perspectiva da educação, porque eu acho que ele teve uma visão fantástica quando ele acompanhou o Marechal Rondon, Cândido Mariano Rondon, naquela viagem à Serra do Norte e depois disso ele escreveu um livro chamado Rondônia, que, aliás, acaba de ser relançado pela editora da FioCruz (um livro que estava esgotado, um livro lindíssimo, uma edição bonita), eu acho que todo mundo que gosta de rádio, ou pra entender o que o rádio foi na vida do Roquette, é interessante ler este livro também, por que ali é o lugar onde ele explica aquela condição que ele imaginou pro rádio, numa viagem que vocês imaginam é, pro lugar que hoje é Rondônia, em 1910, 1911, se não me engano. Se hoje já é difícil, no início do século passado era muito mais. Praticamente cem anos atrás.

E foi ali que ele com a equipe que acompanhava o grupo, também gravou, em cilindros, eles fizeram a primeira gravação de tribos indígenas que eles encontraram pelo caminho, e mais tarde ele trouxe esse material pro Rio e Villa Lobos musicou. Um deles se chama “Nozaniná”, que Villa-Lobos escreveu uma partitura em cima e que é um registro fantástico, e dá um pouco a dimensão dos nossos intelectuais no início do século passado, eles não ficavam restritos aos escritórios. Eles gostavam de ir nos lugares onde as coisas estavam acontecendo. E é assim que Roquette então vai para Rondônia. Todo esse longo parênteses é pra dizer como é que Roquette imaginou na verdade esse uso educativo. Ele viu o tamanho do rádio no Brasil, o tamanho do Brasil naquele momento e toda a possibilidade.

Rondon também começava a instalar as primeiras linhas de telégrafos, então tem uma comunicação, tem o tamanho do Brasil e o quê que um meio como o rádio poderia fazer num país do tamanho do nosso. Essa história é muito bonita e a gente tem que lembrar quando fala desse uso educativo do rádio, que Roquette sempre quis e defendeu até o fim. E eu acho interessante também a gente lembrar que quando Roquette fez a doação da Rádio

Sociedade do Rio de Janeiro pro Ministério da Educação ele fez com uma condição fantástica porque as palavras dele foram proféticas. Ele dava a rádio, fazia a doação para o Ministério da Educação, desde que a rádio nunca tivesse uso político, religioso, que ela fosse efetivamente uma rádio voltada para a educação, e eu acho que isso, digamos assim, criou uma base sólida desse legado que ele deixou, e a gente está hoje aqui, fisicamente, no prédio que é a Rádio MEC.

Então nós estamos aqui, setenta anos depois desse momento, exatamente setenta anos. A gente está em setembro, no mês da doação, na semana do aniversário do Roquette, que foi ontem ou anteontem, vinte e cinco, anteontem, então eu acho que tudo isso é uma... o acaso não existe. Estamos aqui conversando e falando dele, que é uma forma também de homenageá-lo e fazer com que essa figura fantástica na história brasileira continue sempre presente entre nós.

Getúlio Vargas

Então esse é o uso educativo, um dos primeiros passos do rádio, depois na década de 1930 a gente já começa a ter alguém, que é Getúlio Vargas, com uma visão muito clara do que o rádio significava, tudo aquilo que Roquette viu que o rádio podia fazer pela educação, Vargas começou a perceber que o rádio podia fazer pela política. Ele estava chegando ao poder com a revolução de 30, e tinha esse meio de comunicação tão poderoso que podia amplificar, de uma forma extraordinária, aquilo que ele imaginava que era um ideário adequado para o país na época. Então ele tem essa noção muito cedo, é claro que ele não tem essa noção sozinho.

Quando a gente estava fazendo a pesquisa pro livro da Rádio Nacional, Saroldi e eu, a gente encontrou muitos indicativos de que tinha uma figura que o acompanhou o tempo todo, que era o Lourival Fontes, que mais tarde vai ser o diretor do DIP, do Departamento de Imprensa e Propaganda, mas que era uma pessoa, que digamos assim, pensava mais o rádio nesse contexto da política. O rádio como um meio de comunicação do Estado.

Vargas, auxiliado por Lourival Fontes, já pensava nisso. E por causa disso e também porque ele chega ao poder na década de 30, Vargas então vai fazer o quê? As primeiras leis para o rádio. E eu posso afirmar, sem exagero nenhum, que a gente hoje, de alguma forma, sofre ainda uma influência muito grande daquilo que foi desenhado na legislação para o rádio na década de 30, por Vargas. Mas pra frente a gente vai falar um pouco disso. Mas ele foi uma pessoa que ficou no imaginário do brasileiro, e eu acho que de uma certa maneira ele está presente até hoje. São muitas pessoas no interior que se chamam Getúlio, né? A gente tem indícios da força que o nome de Vargas teve no Brasil inteiro.

Foi uma figura importante para a história do Brasil, mas o rádio ajudou muito em tudo. Então ele cria o quê? As primeiras leis. Os Estados Unidos, no início do século, década de 1910, diziam que existia o caos na época. A imagem é fantástica, mas era isso. Era um caos. As emissoras começaram a transmitir nos Estados Unidos e ninguém tinha como regular aquilo. E uma entrava na frequência da outra e era uma grande confusão. E é isso um pouco que acontece num primeiro momento no Brasil. Ainda que a gente tenha esse toque, digamos assim, tropical, que eu adoraria ter visto isto, hoje quando a gente anda a

gente vê muitas antenas parabólicas, né? Nas casas quando a gente anda pelo interior do Brasil, tem casas dos mais variados tipos, e pode ser a mais simples possível, que tem uma anteninha lá. Quando o rádio chegou ao Rio de Janeiro, as pessoas não podiam comprar os aparelhos que eram importados, então faziam o seu rádio, que era o radinho de galena que pegava uma única estação, mas quando sintonizava, sintonizava bem, e, dizem, eu nunca vi, não tem foto, mas dizem que o Rio de Janeiro em alguns pontos era um grande paliteiro, porque as antenas tinham que ser muito altas.

Então tinha lá o radinho de galena, aquela antena que subia, pra ter uma boa recepção. Então vocês vêem, as tecnologias vão sendo incorporadas desta maneira. Então era uma coisa cara, depois começa a ficar barata, porque tem essa concorrência também com o rádio galena e as pessoas, cada um com seu aparelhinho lá, com sua grande antena do lado da casa. Só não deu muito certo porque a antena dedurava, né? Dizia que ali tinha um radinho de galena e isso começou também a ficar complicado pras pessoas. Mas a indústria dá um jeito nisso e os aparelhos começam a ficar mais baratos. E junto com isso começa a ter então uma regulação do rádio brasileiro. E o quê é isso?

A primeira lei é de 1932. É uma legislação que basicamente diz “olha, pode ter publicidade no rádio”. Durante toda a década de 1920 as emissoras eram clubes, associações, sociedades, a gente tem muitas rádios-clubes até hoje pelo Brasil, não é? Porque o nome é dessa época. Essas emissoras começam a ter um meio de se manter no ar e também de investir num grupo de artistas e num grupo de pessoas que trabalhassem na rádio. Então esse é um dado fundamental da década de 1930 no rádio brasileiro e evolui pros anos 1940.

Rádio Nacional

A Rádio Nacional, fundada em 1936 como uma emissora comercial comum, na década de 1940, mais precisamente no dia primeiro de março de 1940, é estatizada por Vargas. No trabalho junto do Saroldi, quando a gente começa a ir atrás do decreto, vamos lá ver o que esse decreto do dia primeiro de março estatizava, a gente descobre que a Rádio Nacional estava dentro de um grande contexto ou conglomerado que era a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que pertencia ao Percival Farquar, que tem sido um nome mais recorrente nos últimos anos por causa da minissérie Mad Maria, mas que era um grande nome do capital estrangeiro chegando no Brasil.

Ele foi responsável pela instalação da Light aqui, junto com isso a companhia dos bondes, a CEG, a companhia de gás é deste mesmo momento, então ele era representante de todo esse capital que estava chegando e junto, claro, das estradas de ferro. A estrada de ferro São Paulo – Rio Grande nunca chegou no final. No final ela não conseguiu ser completada, mas o fato é que no meio desse bolo estava lá quem? A Rádio Nacional e todas as outras coisas que faziam parte do jornal A Noite. Como a rádio funcionava no mesmo prédio, então era tudo mais ou menos a mesma coisa. A gente descobre que, no fundo, o dono da Rádio Nacional era o Percival Farquar, só que eles já tinham os “laranjas” naquele momento, que eram, se não me engano, dez sócios que assinavam como donos da rádio. A partir disso, primeiro de março de 1940, o Brasil começa a entrar numa outra era.

Nos Estados Unidos já se vivia a era de ouro do rádio, que é muito bem retratada num filme do Woody Allen, *Radio Days*. A gente aqui estava um pouco atrás, mas já tinha essa perspectiva de rádio comercial e de uma inspiração, digamos assim, no padrão de rádio americano, que é o que vai acontecer a partir da década de 1940, junto com a Rádio Nacional e com a proposta que se tinha para fazer rádio no Brasil naquele momento. E a partir disso a gente vê o quê? O uso sistemático de uma emissora de rádio pelo Governo Federal, pelo Estado. Mas de uma maneira, digamos assim, diferente, não impositiva. As pessoas que trabalhavam na Rádio Nacional naquele momento diziam que sempre... me lembro do Paulo Tapajós dizendo isso, num depoimento do MIS - que nunca tinha sentido nenhum tipo de coação. Eles estavam ali fazendo rádio porque eles gostavam. Então eles dormiam na rádio... era todo um tipo de envolvimento com um meio de comunicação que era fascinante. E todo mundo que trabalhava era apaixonado pelo rádio. Getúlio passa a freqüentar o auditório da Rádio Nacional, daí você tem a presença física do Presidente, e depois de um certo momento, a Rádio Nacional, que já tinha esse nome, parte para um investimento nessa característica de ser nacional.

Tudo que era brasileiro era exacerbado: a música brasileira, os produtos brasileiros, etc. A partir de 42 a rádio passa a ser transmitida pelas ondas curtas. E por ali se fazia a propaganda do que o Brasil tinha para o exterior. Não podemos esquecer que, ainda na década de 1940, se vivia num momento que era difícil para o Brasil, que havia sido iniciado em 1937, que era o Estado Novo. Era um Estado forte, era uma ditadura, e o Brasil tinha uma coisa que era complicada nos meios de comunicação e nas artes de uma maneira geral que era o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, que censurava e produzia coisas também. O DIP tinha uma revista “Comunicação Política”.

E isso vai acontecendo com o rádio como grande centro em termos de meio de comunicação. Era o grande meio da época, era o que mais chamava atenção das pessoas. Se hoje a gente ainda vive num país que tem por volta de dez a quinze por cento da população ainda analfabeta, sem a gente considerar os analfabetos funcionais, que são aquelas pessoas que escrevem o nome, mas na verdade não sabem ler, imaginem o que era o Brasil naquele momento da década de 1940 e que força tinha uma emissora de rádio como a Rádio Nacional, e com o tipo de conteúdo que ela passava.

Aquilo foi o começo. Então, a partir do final dos anos 1930, ela assume a cara do governo da época. Vargas é muito identificado com a Rádio Nacional neste período, e a gente tem o desenvolvimento do rádio brasileiro passando muito pela Rádio Nacional. As pessoas que são do nordeste geralmente ficam muito brabas quando a gente dá essa ênfase muito grande às emissoras de rádio do Rio de Janeiro, porque eles lembram “ô tem a Rádio Clube de Pernambucano, a Rádio Clube de Pernambucano fez as primeiras transmissões” então a gente sempre tem que fazer uma nota. Se você escreve faz uma nota ou coloca dentro do texto, e quando se fala tem sempre que se lembrar também do pioneirismo do rádio brasileiro em outros Estados que não a Capital Federal, que era o Rio de Janeiro. Mas o que é importante é que naquele momento Vargas se firma como o grande nome brasileiro da radiodifusão e eu acho que não teve ninguém, até hoje, que tenha tido uma associação tão grande com radiodifusão. Isso fica enraizado de tal forma e ele tem essa intimidade, digamos assim, tão grande, com o rádio, na voz dele, né? Vocês provavelmente já devem

ter ouvido, pelo menos, gravações do ‘trabalhadores do Brasil’, aquilo que ecoava por esses rincões. Ele gostava do rádio e gostava também de falar no rádio, fazer os discursos.

Quando ele volta ao poder, eleito na década de 1950, a Rádio Nacional tinha um lugar tão cativo, digamos assim, no coração de Vargas, que o Palácio do Catete é adaptado e é montado um estúdio dentro do Palácio do Catete. Também é uma outra mostra do tipo de relação que Vargas tinha com o rádio. Na época quem dirigia a rádio era Vitor Costa, próximo de Vargas, e era ele quem cuidava desse estúdio da Rádio Nacional no Palácio do Catete.

Nos anos 1950, 1960, a gente vai ter dois nomes que não podem ficar fora dessa história: o primeiro é Lacerda na Rádio Globo. Ele tinha um programa chamado “Tribuna Política” onde ele, como um belo orador, fazia seus discursos. E ele depois alternou também com a Rádio Mayrink Veiga. Eu tive a oportunidade, quando fiz essa pesquisa pro livro “Rádio Palanque”, que é sobre o envolvimento de radialistas e políticos e de políticos com o rádio, de ouvir um trecho do Lacerda contando uma história que tinha acontecido com ele. E ele era incrível, porque ele fazia uma descrição das coisas como se fosse pro rádio mesmo, era quase um roteiro radiofônico. A maneira como ele falava, todo mundo tinha perfeita noção daquilo que estava acontecendo. A história era sobre um ataque que ele tinha sofrido saindo da Rádio Mayrink Veiga. Ele conta que alguém pegou, deu um murro nele, os óculos caíram, ele escutou o barulho dos óculos no chão. Era um roteiro radiofônico. Então, por aí a gente tem um pouco a idéia de como as pessoas eram envolvidas por um político que tinha esse tipo de discurso e esse tipo de relação com o meio de comunicação como o rádio, e sabia que tinha que usar essa capacidade fantástica do rádio que é de trabalhar com a imaginação das pessoas.

Primeiras redes políticas

Todo mundo que trabalha em rádio sempre tem uma ou outra história dos ouvintes e da relação dos ouvintes com sua voz. Isso é uma coisa fantástica no rádio, porque a credibilidade, se você é jornalista, a autenticidade, se você trabalha como rádio ator, está tudo na voz, não é? E isso é uma coisa inconfundível, não é? É diferente da televisão que você trabalha a imagem e compõe o personagem. No rádio você tem que compor o personagem no gogó. Então, se você tiver o pleno domínio da sua voz e da fala, tiver uma bela dicção e a forma de apresentar as coisas, você acaba ganhando qualquer tipo de ouvinte.

E depois a gente tem o outro grande tribuno que é Leonel Brizola. Que tem esse primeiro momento, digamos assim, intenso, de relação com o rádio, numa época conturbada que é quando Jango estava na China, e Jânio renuncia. Então existe aquele primeiro momento de possibilidade de um golpe militar no Brasil. E ele vai lá e cria no Rio Grande do Sul, a “Cadeia da Legalidade” que começa transmitindo no próprio Palácio Piratini, nos porões do Palácio Paratini, e ele faz ali sua trincheira e então ganha notoriedade do Brasil todo, consegue segurar a situação, Jango volta pro Brasil, assume a presidência e a “Rede da Legalidade” se desfaz.

Há um primeiro momento, na década de 1930, na revolução constitucionalista em São Paulo, onde a gente teve a primeira experiência de transmissão em rede e isso é uma coisa interessante num país com o nosso porque as emissoras existiam, mas não tinham essa

cultura de transmissão em rede. Então, na revolução constitucionalista acontece com emissoras do Rio e São Paulo, a Rádio Cruzeiro do Sul aqui no Rio, a Rádio Record em São Paulo, a gente tem essa primeira experiência. Mas essa forma de transmissão em rede com um objetivo específico, ela fica muito clara e é muito forte com a “rede da legalidade” na década de 60 e Brizola à frente a partir de Porto Alegre. E aí Brizola acaba o mandato dele como governador, vem para o Rio, ele é deputado federal e faz então da Mayrink Veiga também a sua tribuna política. Então são nomes que a gente não pode deixar de citar quando falamos de política no rádio.

Até então, o que a gente vivia? Eu acho que hoje a gente vive um momento muito diferente. Os políticos têm outro perfil, mas aqueles políticos da década de 1950 e 1960 eram completamente diferentes e eles passam essa força que eles tinham do discurso pelo rádio de uma maneira muito forte e encantavam as pessoas, definitivamente encantavam. Tanto que a gente vê, se a gente fala de Vargas, Lacerda e Brizola, são nomes de expressão nacional e eles se tornaram nomes de expressão nacional também com o auxílio do rádio.

Década de 1970 - governo militar, censura às rádios.

Na metade da década de 1970 eu começo a trabalhar na Rádio Jornal do Brasil e ainda pego um momento em que se recebia nas redações comunicados da Polícia Federal, telefonemas, em que alguém se identificava como sendo da Polícia Federal dizendo, “olha, não pode falar sobre tal assunto”. Às vezes a gente não tinha nem noção que tal assunto estava acontecendo e ia procurar depois que recebia a ordem que não se podia falar. Mas é um momento muito criativo pro rádio, triste nesse sentido, que um meio de comunicação que é livre por natureza de repente tem que ter uma amarra e não se pode falar determinadas coisas. Mas a criatividade é sempre uma coisa fantástica e no rádio ela se manifestou na cobertura jornalística local, das cidades.

Exemplo: tinha uma passeata ou uma coisa acontecendo no centro da cidade, uma manifestação. Claro, não se podia falar no rádio que havia uma manifestação acontecendo no centro da cidade, mas se falava do trânsito, o trânsito estava confuso, entrevistava pessoas. Então tinha um sub texto que permeava a situação, e todo mundo sabia que do que estava se falando, mas não se falava abertamente o que estava acontecendo. Então foi um momento muito interessante pro rádio por isso. Por uma criatividade muito grande da mesma forma como foi pra imprensa escrita, com a imprensa censurada, os grandes jornais, e a imprensa alternativa, falando ou escrevendo tudo aquilo que não se podia escrever nos grandes jornais. Fechava-se um jornal, mas aparecia outro e assim ia. Ao mesmo tempo em que a gente tem esse momento de uma censura muito forte em cima dos meios de comunicação, tem também uma reação dos profissionais que faziam aquele meio, utilizando formas criativas de burlar a censura e na maior parte das vezes conseguia.

Na década de 1970 uma rede que havia se estabelecido com uma força também muito grande nos anos 1960, que tinha sido a igreja católica, principalmente trabalhando o MEB, Movimento de Educação de Base, que começa com D. Eugenio Salles na diocese de Natal, a igreja de repente começa a perder força. Por quê? Porque o MEB tinha como uma das premissas educar as pessoas, fazer com que as pessoas efetivamente recebessem informação e soubessem o que é informação. Então isso nos anos 70 passou a ser perigoso.

A igreja começa a sofrer censura também, esses programas educativos do MEB. E o que acontece, que é uma coisa triste, é que ela tinha mais de 100 estações de rádio em todo o Brasil, praticamente todos os estados do Brasil, essa rede começa a acabar, porque tinha uma pressão muito grande em cima da programação educativa que a igreja católica fazia na época.

Abertura política e novos personagens

Nos anos 70 a gente começa a ter o primeiro momento da abertura do regime e o quê acontece como consequência disso? Acho que, se pudéssemos localizar numa década específica quando começa esse envolvimento, como conhecemos hoje, de radialista que se transforma em político e dos políticos se interessando pelo rádio, a gente pode dizer que isso foi na década de 80. As primeiras coisas aconteceram ali naquele primeiro momento e junto com isso um outro tipo de interesse que é o interesse de evangélicos pelas emissoras de rádio.

Hoje, isso que a gente conhece de uma predominância de emissoras evangélicas, principalmente no rádio AM, esse movimento começa na década de 80, primeiro com a compra de programas de rádio de algumas emissoras. Compravam uma hora, duas horas, meia hora, uma tarde, o período da manhã, e de repente eles acharam que estava ali um belo veículo de comunicação, de evangelização, e começam a se interessar pelas emissoras mesmo e começam a comprar emissoras. Então as emissoras pioneiras, principalmente aquelas ligadas à igreja batista e à Assembléia de Deus, são as primeiras rádios evangélicas que o Brasil tem na década de 80.

Aí entramos na década de 90 e o quê acontece? Os radialistas se transformam em políticos e aí a gente vai viver mesmo o *boom* do envolvimento do rádio com a política. Os radialistas e, principalmente comunicadores de grande audiência, começam a ver que com aquilo que eles fazem eles estão ajudando as pessoas: as pessoas escrevem, as pessoas começam a ir às rádios, as filas ficam grandes na frente dos estúdios, na frente das emissoras. Muitos radialistas vêem naquilo uma possibilidade de ascensão social e essa ascensão social se dá pela política. E começam a se candidatar a cargos, geralmente como vereadores, porque a gente não pode se esquecer nunca que a maior força do rádio é local. Então a gente está sempre trabalhando com aquele público mais próximo. O rádio fala muito dessa realidade cotidiana de todo mundo que mora numa cidade ou então que mora fora de um ambiente urbano, mas se existe uma emissora, ela provavelmente vai estar trabalhando com aquela realidade imediata de cada um, mesmo que seja no meio rural.

O rádio tem essa questão da proximidade e como tem essa questão da proximidade os radialistas começam a se candidatar como vereadores e depois como prefeitos. A gente tem prefeitos hoje perto daqui, em Juiz de Fora, prefeito pela segunda ou terceira vez. Ele é um radialista de grande audiência em Juiz de Fora. No Rio a gente tem o grande exemplo que é do Garotinho. Ele começa como vereador em Campos, depois ele passa a prefeito. Na prefeitura de Campos ele governava pelo rádio, as pessoas iam lá e falavam “ah não tem água aqui na minha rua”, falava no rádio e pelo rádio ele dava a ordem para o secretariado dele e o secretário responsável tinha que se virar e ir atrás, porque era um compromisso

público. Então é assim que a gente vê surgir um político num estado e que ganha a dimensão que ganha o Garotinho, que chega ao governo do estado.

Nos anos 90 também acontece um outro movimento inverso. De um lado a gente tem os radialistas que se interessam por política e se candidatam. A gente vai ter também os políticos que estão no Congresso Nacional e aí o que a gente já tem? Já tem eleição. Então um regime que foi fechado por muito tempo, de repente quando se abre, começa a abrir também outras perspectivas para alguém que acha que a mídia pode de alguma forma alavancar a sua vida pessoal.

A tristeza desta história, desta relação radialismo/política e políticos/meio de comunicação rádio, é que geralmente o interesse é pessoal, particular. Ninguém tem um interesse geral, da comunidade, todo mundo quer ir lá e conseguir um espaço ao sol e a partir daí conseguir também outros vãos.

Metas da Constituição

Bom, e agora a gente chega numa realidade muitíssimo mais perto. Em 1988 a Constituição foi fantástica em vários pontos, principalmente pra comunicação. O capítulo 5 da comunicação social é fantástico, trouxe vários avanços. Mas na área de comunicação esses avanços se processam de uma maneira muito lenta. O Conselho de Comunicação Social, previsto na constituição de 1988, só foi montado em 2002. Então vocês vêem o tempo que demora para se instalar um conselho que teoricamente cuidaria da área de comunicação.

A gente tem o artigo 54 da constituição, que proíbe que deputados e senadores tenham concessão de rádio e televisão, mas qual é a realidade que a gente vive? O Baima (um assessor da câmara dos deputados em Brasília agora ligado à Universidade de Brasília), fez um levantamento muito detalhado e conseguiu provar por a+b, quer dizer, com o nome dos políticos, que das 3615 concessões de radiodifusão e tv, 37%, cerca de 1220, são exploradas por políticos. Quer dizer, são controladas por políticos, ou os políticos são os donos, ou eles têm uma força muito grande naquela emissora. E a gente está falando aqui de emissoras de rádio AM e FM, estamos falando das emissoras tradicionais.

Outra coisa que a Constituição de 1988 previu no seu artigo 222 era a participação do capital estrangeiro na mídia, isso levou muito tempo para ser regulamentado e é finalmente regulamentado em 2002, e a gente tem hoje alguns grupos de comunicação, mas poucos. Há a TV Globo que tem a participação do Mordock na Sky e tem a participação de outro grupo estrangeiro na Net, mas isso ficou restrito mais à área de impresso, muito mais que radiodifusão. Mas também era uma coisa prevista na constituição de 1988, que se levou algum tempo para regulamentar e quando o foi, foi parcialmente.

Em 2002, das 3315 concessões, 37% exploradas por políticos. Em 2004, um em cada dez parlamentares é proprietário de rádio/tv. Isso também não é uma coisa falada ao vento, isso é um estudo feito pelo professor Vinícius Lima, do Laboratório de Estudos de Políticas de Comunicação, também da Universidade de Brasília, que, aliás, tem um núcleo forte trabalhando com isso. Ele provou pelo levantamento que um em cada dez parlamentares tinha uma emissora de rádio/tv. E eu acredito que mais grave que isso é o fato de que dos

33 membros titulares de comissão de **Ciência, tecnologia, comunicação e informática** da câmara, 15 são sócios ou diretores de 26 emissoras de rádio e três de televisão. Isso significa que praticamente metade da comissão de **Ciência, tecnologia, comunicação e informática** - que é quem vai lá autorizar as concessões, é quem estuda as concessões de rádio e tv – é formada por donos de rádio e tv. Então a gente tem uma questão muito séria aqui, porque é um conflito de interesses óbvio, claro, e isso de alguma maneira vai se manifestar na hora em que se decide dar a concessão de uma emissora de rádio e tv para alguém.

Hoje, em 2006, o que nós temos: mais de 70 parlamentares são donos ou controladores de emissoras e o artigo 54 da nossa constituição fica esquecido. Eu trouxe dois exemplos regionais, um é do estado da Bahia. O que acontece hoje na Bahia? Lá a gente tem um domínio muito grande do grupo do ACM que tem emissoras de rádio e televisão, mas a família Magalhães não é a única família de políticos na Bahia que tem interesse e trabalha com emissoras de rádio e tv.

Nós temos lá 65 emissoras controladas por políticos no exercício dos cargos. São deputados federais, estaduais, senadores e vice-prefeitos. Não tem nenhum governador. Interessante, é a única classe dentro da política, que não tem na Bahia, hoje, uma emissora de rádio e televisão. E o que significa esse universo de 65 emissoras? Significa quatro dos 17 canais de televisão na mão de políticos, 27 das 93 rádios AM e 34 das 107 rádios FM. Então aqui a gente está trabalhando com uma questão muito séria, que acontece quando a gente tem esse tipo de predomínio de um grupo dentro dos meios de comunicação, que é a questão do pensamento único. Que tipo de conteúdo esses meios de comunicação transmitem? Tem uma variedade de informação? As pessoas podem efetivamente tratar daquilo que elas querem? Os meios de comunicação estão fazendo alguma coisa que seja interessante para a sociedade? Ali, local? É uma complicação.

O outro exemplo é de uma cidade num outro ponto do Brasil, a gente sai do nordeste, vai para o sul, cidade chamada Santa Maria, RS, que tem o universo de cinco rádios AM e seis FM. Esses dados são resultado de um estudo de dois ou três pesquisadores da UFSM. Elas fizeram uma comparação entre as eleições de 2000 e 2004, que foram as eleições municipais. Em 2000, o que se encontrou? 13 candidatos radialistas do universo todo de candidatos, o que significava 9% do total de candidatos. Desses 13, cinco foram eleitos nas eleições de 2000. Em 2004, de 143 candidatos a vereador, 12 eram radialistas, um jornalista, 9%, continuava mais ou menos a mesma coisa do total e três foram eleitos. Colocando isso em votos, significava que a cada 100 votos foram dados 14,5% a quem fala ou esbraveja, em alguns casos, pelos microfones radiofônicos da cidade. Isso foi publicado num jornal local que se chama “A Razão”.

Então aí a gente tem também um quadro bastante óbvio, de como é que os radialistas se apropriam daquela... Do seu personagem, na verdade eles têm um personagem que é aquele que fala com o público por meio de um programa de rádio. Esse programa de rádio pode ser do tipo policialesco, pode ser entrevista, pode ser voltado para donas de casa, o importante é que o radialista se apropria disso que ele constrói na imaginação dos ouvintes e depois essa imagem que ele cria no rádio, é a imagem que ele tenta passar para o eleitor, o ouvinte

dele agora eleitor. Alguns conseguem, nem todos. Vocês vêem que há uma diferença entre o número de candidatos e os que são realmente eleitos.

E porque que a gente vive nesse país com tudo isso acontecendo e nós não saímos desse ponto? Por que os radialistas continuam se candidatando, os políticos continuam tendo suas emissoras e nada acontece? Por quê? Porque a gente não tem lei, literalmente, vivemos numa terra sem lei, não é força de expressão.

A lei brasileira específica de radiodifusão data de 1962 e depois a gente tem em 1963 o código brasileiro de radiodifusão. E o que acontece nesse período entre os anos 60 e até hoje? A legislação, na verdade, vem sendo recortada e são criados decretos, por exemplo, os do governo militar nos anos 60/70 foram bem específicos para tratar de segurança nacional.

Então se pegou toda aquela parte do código, onde achavam que o código brasileiro de radiodifusão era muito liberal, dava muita liberdade para as pessoas, e se fez alguns recortes. Para que? Por exemplo: vamos criar o Sistema Radiobrás porque as nossas fronteiras estão sendo ameaçadas principalmente pelas transmissões da Rádio Havana, de Cuba. Também tinha a Rádio Venezuela, da rádio da Colômbia, que entravam pelo Brasil. As ondas radiofônicas, ainda bem, não conhecem fronteiras, e as coisas aconteciam assim.

Então, dentro da política de segurança nacional, os militares fizeram recortes, criaram alguns decretos. Já temos um primeiro esfacelamento, digamos assim, do Código Brasileiro de Radiodifusão e das leis específicas. Depois, nos anos 80, Sarney também teve algumas iniciativas. Nos anos 90 tomaram uma medida que foi salutar, no governo FHC, ainda com Sérgio Motta como Ministro das Comunicações: se você quer ter uma emissora de rádio, você tem que passar por um sistema de seleção por meio de licitação. É uma licitação pública. Todo mundo está lá em igualdade de condições, apresentam e você não sabe quem está apresentando e as pessoas são escolhidas na base de quem tem o melhor projeto e que apresenta a melhor forma de investimento no rádio.

Isso foi um avanço na radiodifusão. Mas recentemente eu estava fazendo um levantamento, tentando atualizar um pouco essas informações, e o que a gente tem nos últimos anos é uma coisa mais séria ainda. Em 1997 há a obrigatoriedade da licitação que começa a dar uma organizada na história, não fica muito o rádio como moeda de troca, de favores políticos. Mas o que acontece simultaneamente? Uma verdadeira explosão na concessão de canais educativos, e isso é uma coisa seríssima, é uma coisa absurda. Acontece durante parte do governo FHC, mas aconteceu com uma força muito grande também nesses primeiros anos do governo Lula. Então a gente tem um salto, eu não tenho os números agora para dizer a vocês, mas era alguma coisa em torno de 60 e poucas emissoras de rádio e tv, que hoje são mais de 400 e são concessões de emissoras educativas. É um problema sério e as pessoas não têm conhecimento disso, porque tudo é público, tudo isso que eu fico aqui reunindo e conversando com vocês agora, foi publicado em jornais, nada é segredo, é público. Mas acontece de uma maneira tão fragmentada que as pessoas não têm a noção do conjunto.

Essa situação vai se perpetuando.

E o que aconteceu? A gente não tem legislação, tem todo esse recorte da legislação da década de 60 que existia e depois a gente começa a ter algumas tentativas que vão então arrumar o ambiente legal e tentar estabelecer um marco regulatório para radiodifusão.

Em 1998 acontece a proposta da lei de comunicação eletrônica de massa. Essa foi uma iniciativa do Sérgio Motta. Ela circulou pela academia e pela área de radiodifusão e durante três anos eu vi uma das versões, foi a quinta, mas teve uma depois, que foi a sexta. Ela era uma lei interessante, pois ela já trazia a legislação pra esse ambiente que a gente vive hoje, a gente está tratando de legislação de comunicação eletrônica de massa, que deixa de ser só rádio/tv. Tem esse novo ambiente aí que é a internet. Como é que isso vai se processar, toda essa mudança, os provedores, o rádio e a televisão nesse novo ambiente, como é que isso vai acontecer? Mas foi uma lei que não foi para frente.

Depois em 1999 a gente tem uma lei que é a única novidade no marco legal da radiodifusão: a lei de radiodifusão comunitária. É uma lei importante, é o resultado de uma luta de grupos da sociedade que começa na década de 80 com os adolescentes que faziam as rádios piratas em São Paulo, que construíam suas rádios e botavam música no ar praticamente. Os grupos antenados da sociedade vêem que ali a luta, a bandeira é justa e interessante. Por quê? Porque discutia a questão das concessões. A gente também quer ter voz. E quer ter voz por canais de rádio. Então a lei de radiodifusão comunitária é na verdade o grande e o único avanço que acontece nesse meio, nesse tempo todo em termos de radiodifusão, ainda que a gente tenha que fazer depois várias considerações tanto sobre a legislação como a questão das emissoras comunitárias.

Em 2001 tem uma outra proposta, já substituindo a lei de comunicação eletrônica, lei geral de serviço de radiodifusão. Então, tudo que uma abria a outra fecha. Traz de novo pra rádio e televisão. A primeira é com Sergio Motta, a outra com Pimenta da Veiga. Tudo que uma previa como avanço, por exemplo, rádio público, definição, instituição, a outra tira. E aí não dá certo, as pessoas reclamam, acaba mais uma vez a discussão. Em 2004, mais recentemente, a gente tem a proposta da lei geral do audiovisual, que foi do Gil, como ministro da cultura, que também causa uma grande discussão e o assunto morre de novo. E agora em 2006, Hélio Costa, nosso atual ministro das comunicações, acha que nós temos que ter uma lei geral de comunicação de massa que é um pouco uma versão dessa lei que é a lei de comunicação eletrônica de massa, mas, resumindo a história, todo mundo tem nomes lindos para as leis, propostas, eu acho que a coisa mais séria que aconteceu foi a proposta para rádio e televisão de 1998, que era uma proposta bem específica e trazendo o rádio para esse novo momento que todo mundo vive e que foi abandonado. Então a gente continua sem uma perspectiva séria, não existe uma proposta séria de legislação.

E o contexto do rádio na Brasil enquanto isso, qual é o aspecto, que ambiente é esse de rádio que a gente vive? Acho que é importantíssimo para a gente falar das emissoras comunitárias por dois motivos. Primeiro pelo avanço que elas representam; mas também esse avanço sofre ameaças constantes de ser um patrimônio completamente desvirtuado da idéia inicial. Por quê? As emissoras comunitárias se transformaram também no grande foco de atenção de políticos e de pessoas ligadas a grupos religiosos. E a comunidade que era o objetivo primeiro de lei de radiodifusão comunitária, fica mais uma vez esquecida. Hoje no Brasil são raríssimos os exemplos de emissoras comunitárias autênticas. Isso foi até uma

classificação que se teve que criar para poder dizer, “olha, esse emissora é comunitária de verdade”. Então são as comunitárias autênticas. A gente tem um exemplo no Rio que é a Rádio Queimados; em Belo Horizonte, a rádio Favela, que foi uma rádio reconhecida oficialmente pelo Pimenta da Veiga, que se deixou fotografar lá entregando a concessão para uma rádio comunitária que conquistou o lugar dela, fazendo um trabalho de rádio voltado para a comunidade; e temos também a Heliópolis em São Paulo, que é uma rádio que foi fechada recentemente. E aí nessa bagunça toda a gente tem o que?

O que a gente tinha antes de 88: o Conselho Nacional de Telecomunicações, a Lei Geral de Telecomunicações antiga. E junto desse Conselho, existia um setor que se chamava DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações. Que o que ele fazia? Ele funcionava como um fiscalizador de frequências, ele cuidava da organização das emissoras e teve sua função deturpada no regime militar, porque o DENTEL ficou um órgão fiscalizador do regime. Então na verdade eles fiscalizavam conteúdo, se falasse alguma coisa que o governo militar achasse que fosse algum tipo de ameaça, era comunismo, qualquer coisa, os fiscais do DENTEL iam e fechavam a rádio, lacravam os transmissores. Então o DENTEL ficou com uma péssima fama, mas a idéia na origem era muito boa.

A constituição de 1988 acaba com tudo isso. E aí? Nós não temos quem vá fiscalizar. Teoricamente, com a nova lei de telecomunicações, seria a Anatel, “fantástica, vai funcionar como uma agência como a FCC, que é a agência americana que cuida de tudo de regulação na área de rádio/tv”. Bom, não deu certo, a Anatel funciona hoje basicamente fiscalizando telefonia, ela administra questões que estão muito mais ligadas à telefonia e tem uma ou outra coisa, se vocês entrarem na página da Anatel vocês vão encontrar uma ou outra coisa de radiodifusão. Mas a gente não tem informação no Brasil. A gente não tem informação na Anatel.

Depois que o Miro Teixeira colocou o nome dos proprietários das emissoras de rádio e televisão no site do ministério, o ministério das comunicações pelo menos organizou. Hoje em dia há uma área do site do ministério com informações sobre proprietários de emissoras FM. Aí você pega e são 300 páginas. Entendeu? Aí você entra, “proprietários de AM”. São outras tantas páginas. Então, digamos assim, a informação está ali, mas está mais ou menos, porque a gente não sabe na verdade quem são os donos das emissoras e porque é muito difícil naquele universo você poder trabalhar. Então a gente tem uma dificuldade de acesso à informação muito grande. Essa informação estava lá na Secretaria de Serviço e Comunicação Eletrônica, no Departamento de Outorgas e Serviço e isso já não está disponível hoje no site do ministério das comunicações.

Entre 1998 e 2004, o que a gente teve? 14 mil pedidos para abertura de canal de tv e rádios comunitárias. Olha o universo represado de demanda por emissora de rádio. E as situações dessas concessões em julho de 2004: 748 licenças definitivas e 788 licenças provisórias, ou seja, metade/metade.

Hoje, 2006, informação de uma entrevista recente publicada na “Carta Capital” com o ministro das comunicações: existem mais de oito mil pedidos de concessão que ainda não têm definição, e a média de arquivamento de pedidos de emissoras comunitárias é de 80%. É um problema sério e um problema delicado também. Por quê? Muitos dos pedidos são de

políticos, são de grupos com interesses que passam longe da comunidade, de um atendimento à comunidade. Então é uma coisa séria mesmo.

Mas muitos dos pedidos que estão tramitando pelo Ministério das Comunicações, são de grupos que querem efetivamente trabalhar com a comunidade, mas têm uma dificuldade muito grande, porque se não têm um tipo de apadrinhamento político, não conseguem a concessão ou demoram muito tempo para conseguir. E existe uma comparação com a média de arquivamento das emissoras AM e FM, os canais tradicionais, que isso na área do AM/FM, fica na média de 10% a 15% de arquivamento de pedidos. Então é uma diferença muito grande também na área de comunitárias.

O que mais a gente tem hoje disponível no site da Anatel? Os canais ocupados e canais que podem ser ocupados no Brasil: AM nós temos 2192 canais; FM 7042; comunitários 5561; ondas curtas 71; num total de 14866 canais. Só que a nossa realidade é que cerca de 5000 são canais que efetivamente estão no ar. A gente pode dizer que hoje nós temos por volta de 4000 AMs e FMs que operam regularmente e podemos estimar em torno de mil emissoras de rádios comunitárias regularizadas operando hoje com os documentos todos certinhos, mas dessas mil a gente não tem idéia de quantas são realmente emissoras comunitárias autênticas. Então o problema vai sempre crescendo.

E o que a gente precisa? Que os legisladores atuem para reorganização de um marco legal para radiodifusão. No contexto em que a gente vive hoje é muito difícil, porque como a gente viu nos dados anteriores, há muitos interesses envolvidos e são sempre interesses pessoais. Então a gente fazer com que senadores e deputados federais, que também têm seu interesse na radiodifusão, reorganizem o marco legal, é uma coisa difícil hoje. Depois é imperativo que o ouvinte entenda, de uma maneira clara e inequívoca que a concessão de canais é pública e que fiscalizar a distribuição de canais é prerrogativa dos cidadãos. Isso é uma coisa que devia ser claro de um modo geral, mas pouquíssima gente tem essa noção, e até mesmo da concessão, de quê forma funciona a concessão. Então é um desafio que se apresenta para a gente que trabalha com rádio e com televisão também, é mostrar para as pessoas qual é a situação real e como é que cada um pode dar a sua contribuição para a mudança desse quadro.

E o que a gente pode ter de tendências possíveis para um rádio público no Brasil? Primeiro é importante dizer que a gente não tem rádio público no Brasil. Uma emissora pública é uma emissora que tem um conselho constituído, ela tem representantes da sociedade ou da comunidade, ela tem representantes do grupo de profissionais que tem interesse na área, ela tem pessoas ou instituições que apóiam àquela emissora. E a gente não tem isso constituído de uma forma clara no Brasil. Então é importante dizer isso, porque é muito comum a gente ouvir referências à emissoras públicas de TV e a emissoras públicas de rádio. A gente não tem.

A gente tem emissoras governamentais; estatais; educativas; a gente tem algumas que são identificadas como culturais; temos emissoras universitárias; e temos emissoras legislativas. Mas a gente não tem o que pode ser considerada uma emissora pública hoje no Brasil. E o que seria uma tendência possível nesse mundo que tivesse como base um rádio público? Seria usar as tecnologias como suporte para o desenvolvimento...

Eu acho que a gente está à beira de uma outra revolução no rádio, assim como o FM foi na década de 1970, mas de uma maneira muito leve, digamos assim. A gente já tem hoje o rádio na *web* que é uma outra maneira de se ouvir rádio, porque a gente ouve e lê o rádio na *web*, a gente guarda. É uma coisa fantástica, eu tenho um gravador que já está ali no microfone, então se eu quiser baixar um arquivo para o meu computador eu posso, desde que aquela emissora disponibilize. É uma relação completamente diferente com o ouvinte, principalmente no que diz respeito a arquivos, que antes era uma coisa muito difícil da gente ter.

Hoje um cidadão que tenha acesso à internet e um disco rígido com tamanho razoável, pode ter isso e depois ouvir no momento que quiser. A outra coisa fantástica do rádio na internet, é a gente também poder ouvir qualquer rádio, de qualquer lugar do mundo, com uma qualidade sonora fantástica. Eu morei na roça. Então eu tinha que esperar até a noite (que eu sou de Mato Grosso), quando pegavam as emissoras paraguaias, só para ouvir guarani. Ficava tentando imaginar que idioma afinal era aquele, no velho rádio Transglobe, e que o som ia e voltava, e hoje a gente tem isso com todas as informações. Você tem em inglês, espanhol, português raramente, mas de emissoras de várias partes do mundo. O ouvinte, digamos assim, ficou um ouvinte mundial mesmo, se é que a gente pode usar (não gosto da palavra porque ela foi muito gasta) global. Mas é realmente a globalização do ouvir.

O rádio público vai acontecer nesse contexto e ele tem que funcionar como um canal da sociedade, porque ele tem que vocalizar demandas e as posturas de grupos e setores. É isso que as rádios comunitárias tentam fazer hoje e não conseguem no Brasil. E ele pode ampliar o ingresso daqueles que, ainda hoje, apesar de todo esse progresso tecnológico, ainda se mantêm à margem desses bens culturais. Porque quando a gente conseguir tudo isso, a gente vai estar efetivamente contribuindo para o exercício pleno da democracia e a forma como o rádio público é construído, é a maneira como as emissoras de rádio podem funcionar. Era aquilo que eu estava dizendo antes, das emissoras, um rádio público vai conviver com isso ou vai estar dentro de cada uma delas: estatais, legislativas, educativas, universitárias, religiosas, todo mundo pode falar no rádio.

O que eu acho que é mais importante registrar é que radiodifusão é difusão de dados, som e imagem, e eles estão destinados à livre recepção pelo público. Não se cobra. É livre. Você escuta o que você quiser e não tem que pagar por isso. A ampla cobertura, o acesso fácil, e a linguagem simples, fazem a popularidade do rádio. Mas fazem também com que o meio seja objeto de desejo e instrumento vulnerável ao uso político.

Hoje a gente vive essa situação: há um avanço tecnológico que está chegando, seja via televisão digital, que também vai abrir um espaço para canais de rádio numa multiplicação infinita, que a gente não consegue nem ter a noção direito; ou via rádio digital que também já é uma realidade da tecnologia que está batendo às nossas portas. Que é isso? Que rádio digital é esse que a gente tem pela frente? Nesse contexto? Sem legislação? Com esse tipo de uso descarado dos meios de comunicação eletrônicos que se faz no Brasil? Acho que a gente vive um momento sério, acho que essa é uma oportunidade conversarmos um pouco sobre isso, e, era um pouco do que eu tinha a dizer. Obrigada.